

Cultivando solidariedade: MTST na luta pelo combate à fome¹

Maria Emilia Gomes de Sá  

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Araras, São Paulo, Brasil.
e-mail: maria.sa@estudante.ufscar.br

Ricardo Serra Borsatto  

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Araras, São Paulo, Brasil.
e-mail: ricardo.borsatto@ufscar.br

Resumo

A fome, enquanto condição estrutural do modelo capitalista, exige transformações sociais profundas que possam subverter a lógica do alimento como mercadoria. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) enquanto movimento socioterritorial urbano em defesa da dignidade dos trabalhadores, emerge como um ator relevante nas discussões e ações de segurança alimentar. Este artigo tem como objetivo analisar como o MTST constrói e materializa sua luta contra a fome nos territórios urbanos onde atua. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante, diário de campo e pesquisa documental, com foco nas ações do MTST no combate à fome. Os resultados indicam que o MTST concebe estratégias para transformações estruturais que erradiquem a fome de forma definitiva e que se materializam, em seus territórios, principalmente, como hortas urbanas e cozinhas solidárias.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais; segurança alimentar; reterritorialização.

Cultivating solidarity: MTST in the struggle against hunger

Abstract

The concept of ‘hunger’, when perceived as a structural condition of the capitalist model, requires a deep transformative shift in order to subvert the view of food being a commodity. The Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Brazilian urban socio-territorial movement which advocates for workers’ dignity, is an increasing important actor in discussions and actions related to food security. This article analyzes how the MTST establishes and implements initiatives in the fight against hunger in urban areas. The qualitative research approach included conducting semi-structured interviews, participant observation, field diaries, and document analysis, all focusing on MTST’s work. The results demonstrate that the MTST develops strategies to spark structural transformations to definitively eradicate hunger, primarily through the use of urban gardens and solidarity kitchens.

Keywords: Socioterritorial movements; food security; reterritorialization.

¹ A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Cultivando solidaridad: MTST en la lucha contra el hambre

Resumen

El hambre, que es una condición estructural del modelo capitalista, exige profundas transformaciones sociales para subvertir la idea de que la alimentación es una mercancía. El Movimiento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), un movimiento socio-territorial urbano brasileño que defiende la dignidad de los trabajadores, es un actor cada vez más importante en las discusiones y acciones relacionadas con la seguridad alimentaria. El objetivo de este artículo es analizar cómo el MTST establece e implementa iniciativas en la lucha contra el hambre en áreas urbanas. La investigación, de enfoque cualitativo, se llevó a cabo mediante entrevistas semiestructuradas, observación participativa, diarios de campo y análisis documental, centrada en el trabajo del MTST. Los resultados indican que el MTST desarrolla estrategias para generar transformaciones estructurales que erradiquen el hambre de manera definitiva, principalmente mediante el uso de huertos urbanos y cocinas solidarias.

Palabras-clave: Movimientos socioterritoriales; seguridad alimentaria; reterritorialización.

Introdução

A fome é um problema que aflige o Brasil desde o período colonial. Apesar de importantes avanços nas primeiras décadas do século XXI, quando diversas ações do poder público foram implementadas com o objetivo de erradicá-la, ela ainda persiste em escala significativa. Os avanços para a superação desse problema ocorreram em momentos em que um rol de políticas públicas foi adotado com esse fim (Grisa; Porto, 2021; Recine et al., 2020). Como resultado dessas ações, em 2014, o Brasil é excluído do mapa da fome², porém essa situação se sustentou por pouco tempo. A partir de 2016, com a ascensão de governos de perfil neoliberal e conservador, iniciou-se um processo acelerado de desmonte do arcabouço institucional que sustentava essas políticas (Costa, 2016; Jorge, 2022), resultando no retorno do Brasil ao mapa da fome em 2018, e culminando na vergonhosa marca de 125 milhões de brasileiros em situação de fome e risco de fome³ em 2022 (Ribeiro Júnior et al., 2021; Rede Penssan, 2022).

Há um consenso consolidado na literatura especializada de que a fome contemporânea não é fruto da escassez de alimentos, mas sim expressão de um problema estrutural das sociedades capitalistas. Nesse contexto, o alimento é reduzido à condição de mercadoria, tornando-se uma expressão concreta de um modo de produção que subordina a vida humana à lógica do capital. A fome não é uma falha do sistema, mas uma condição funcional dele. A persistência da concepção do alimento como mercadoria, a serviço da

² Ferramenta internacional que identifica e monitora a prevalência de subnutrição e fome nos países. Quando mais de 2,5% de sua população está subnutrida, ou seja, sem acesso regular a alimentos suficientes para uma vida saudável, o país entra no Mapa da Fome (De Paulo Gewehr et al., 2022; FAO, 2021).

³ Optamos por utilizar os termos “fome” e “risco de fome”. O primeiro refere-se à insegurança alimentar grave e moderada e o segundo à insegurança alimentar leve. Reconhecemos que esses termos estão em disputa e que a “insegurança alimentar” pode ocultar a fome e amenizar sua gravidade (Ribeiro Júnior et al., 2021).

CULTIVANDO SOLIDARIEDADE: MTST NA LUTA PELO COMBATE À FOME

acumulação de capital, demonstra que o enfrentamento desse problema exige transformações sociais profundas, capazes de romper com essa lógica (Holt-Giménez, 2017; Maluf, 2022; Ziegler, 2013; Castro, 1957).

Movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), têm se destacado por construir e implementar ações relacionadas à erradicação da fome que questionam as suas causas estruturais, materializando transformações sociais baseadas no trabalho coletivo e na solidariedade (De Sordi, 2023). Conforme argumenta David Harvey (2014), as lutas revolucionárias do nosso tempo não se restringem ao campo, mas também emergem das ruas e bairros marginalizados das cidades, onde o precariado urbano – formado por trabalhadores precarizados, subempregados e desempregados – se organiza em busca de dignidade. “Se viermos a ter algum movimento revolucionário em nossa época, pelo menos em nossa parte do mundo, o problemático e desorganizado precariado terá de ser levado em conta” (Harvey, 2014, p.17).

A pesquisa ora apresentada analisa as estratégias de combate à fome do MTST, destacando que o Movimento não apenas combate a fome imediata, mas também tem promovido um novo modelo de sociedade, no qual o direito à alimentação digna e nutritiva é parte integrante da luta por moradia e da construção de uma sociedade mais justa.

Referencial teórico

As discussões e preocupações suscitadas nesse artigo emergem dos sentidos mais profundos do sentir fome. Para além do seu aspecto fisiológico, discutido com frequência nos trabalhos que se propõem a estudar sobre o assunto, pretendemos abordar a fome como um mal desconcertante, um problema que causa dor e sofrimento àqueles que o sentem, que atinge seus organismos, mas também suas mentes e corações. Talvez assim, seja possível sensibilizar crescentes parcelas da população que a fome é um dos maiores infortúnios da sociedade atual.

Para isso, fazemos memória a Josué de Castro e Carolina Maria de Jesus, intelectuais brasileiros que nunca mediram palavras para tratar a fome e aquilo que a perpetua como o que realmente são, uma vergonha à nação brasileira. A fome que subia a cabeça e modelava os comportamentos e sentimentos dos homens-caranguejos de Josué e a fome amarela de Carolina nos faz sentir, angustiar e revoltar com a fome. Em seu livro Quarto de Despejo, por exemplo, Jesus (2014, p. 99) retrata as profundas dores da falta de alimentos: “Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome”. A fome manifesta-se nos seres humanos, para além de um problema físico e social, como questão moral (Castro, 1946; 1957; 1967).

Esta presença constante da fome sempre fora a grande força modeladora do comportamento moral de todos os homens desta comunidade: dos seus valores éticos, das suas esperanças e dos seus sentimentos dominantes. Vê-los agir, falar, lutar, sofrer e morrer, era ver a própria fome modelando com suas despóticas mãos de ferro, os heróis do maior drama da humanidade: o drama da fome (Castro, 1967, p. 20).

A produção da fome pelo sistema capitalista não é apenas uma consequência indesejada, mas um mecanismo intrínseco que perpetua a desigualdade e a exploração. Josué de Castro, em sua obra *Geografia da Fome*, argumenta que a fome não é resultado da falta de alimentos, mas da má distribuição e do acesso desigual aos recursos. A partir dessa leitura, é possível interpretar que o capitalismo, ao priorizar o lucro, marginaliza os mais vulneráveis e cria uma fome estrutural (Castro, 1946; 1957). A fome, nesse sentido, não se manifesta apenas como um resultado da escassez, mas como um sintoma da lógica perversa do capitalismo, que se sustenta em desigualdades estruturais.

O projeto colonial brasileiro consolidou, desde seu início, um modelo de invasão sustentado pela concentração fundiária. As capitâncias hereditárias instituíram a posse privada da terra entre poucos, inaugurando uma lógica que seria aprofundada pela Lei de Terras de 1850, marco da propriedade capitalista no campo brasileiro que condicionou o acesso à terra à compra, e portanto, ao capital (Guimarães, 1981; Silva, 2015). Essa estrutura fundiária excludente foi perpetuada ao longo da história e agravada com a modernização agrícola impulsionada pela Revolução Verde, que, com o argumento de aumentar a produtividade para alimentar a população crescente, expulsou um contingente de trabalhadores do campo (Mueller; Martine, 1997; Graziano da Silva, 1981). As consequências desse modelo se evidenciam no espaço urbano, como aponta Milton Santos (2023, p. 45), no “êxodo rural e na chamada urbanização terciária. Uma alta percentagem da população fica sem atividade e sem salário permanente, o que por sua vez resulta na deterioração do mercado de trabalho”.

Nessa lógica, a urbanização brasileira, especialmente entre as décadas de 1950 e 1980, foi marcada por um processo acelerado e profundamente desigual. Entre 1960 e 1980, por exemplo, cerca de 50 milhões de pessoas foram incorporadas às zonas urbanas, um contingente populacional quase que equivalente ao total da população brasileira em 1950 (Santos, 2023). O crescimento demográfico, entretanto, não foi acompanhado por políticas públicas adequadas de habitação, infraestrutura, trabalho ou alimentação. A urbanização no Brasil se deu sem planejamento, resultando na formação de periferias desassistidas e na consolidação de um modelo de cidade profundamente excludente (Santos, 2023).

O avanço tecnológico e a reestruturação produtiva aprofundaram essa exclusão. A industrialização capital-intensiva gerou poucos empregos diretos e terceirizou muitos dos

CULTIVANDO SOLIDARIEDADE: MTST NA LUTA PELO COMBATE À FOME

empregos indiretos para os países centrais. Além disso, as inovações tecnológicas adotadas foram concebidas como se o trabalho fosse um recurso escasso, o que gerou uma rigidez produtiva que impede a expansão do mercado de trabalho, sobretudo nos países de capitalismo periférico. Esse modelo cria o paradoxo em que a geração de emprego leva ao aumento do desemprego (Singer, 2016).

A consequência disso foi a constituição de uma nova divisão social do trabalho, marcada não mais apenas pela desigualdade entre os trabalhadores, mas pela exclusão de parte significativa deles do sistema produtivo. Para muitos, restou apenas a inserção precária, intermitente ou mesmo inexistente no mundo do trabalho. O sociólogo Castel (1997) chama esse processo de *desaffiliation*, a ruptura das redes de sociabilidade construídas a partir da estabilidade laboral e dos sistemas públicos de proteção social, como saúde, previdência, educação e habitação.

Existe, en efecto –se lo verificará en el largo término–, una fuerte correlación entre el lugar que se ocupa en la división social del trabajo y la participación en las redes de sociabilidad y en los sistemas de protección que "cubren" a un individuo ante los riesgos de la existencia. De allí la posibilidad de construir lo que yo llamaría metafóricamente "zonas" de cohesión social. Entonces, la asociación "trabajo estable/inserción relacional sólida" caracteriza una zona de integración. A la inversa, la ausencia de participación en alguna actividad productiva y el aislamiento relacional conjugan sus efectos negativos para producir la exclusión, o más bien, como trataré de demostrarlo, la desafiliación (Castel, 1997, p. 13).

Nesse contexto, a pobreza urbana não se caracteriza apenas pela falta de renda, mas pela perda de vínculos sociais, pela ausência de perspectivas e pela impossibilidade de pertencimento. Trata-se de uma exclusão que combina carências materiais e simbólicas, em um cenário em que o Estado, enfraquecido pelas políticas neoliberais e pela globalização econômica, falha em garantir os direitos básicos da população (Souza, 2018). A fome urbana, portanto, está diretamente relacionada à configuração socioespacial brasileira, como expressão das desigualdades sociais ocasionadas pela elitização dos espaços urbanos (Antipon; Cataia, 2023). A ausência de trabalho estável, de serviços públicos de qualidade e de renda mínima compromete o *alimentar-se* da população empobrecida, reforçando a fome como parte constitutiva da experiência urbana em diversos territórios brasileiros (Souza, 2018; Santos, 2023).

Como denunciou Josué de Castro já em 1946, a fome no Brasil é antes de tudo um problema político, fruto de escolhas históricas que perpetuam a exclusão e a desigualdade. Na contemporaneidade, essa análise permanece atual: a urbanização brasileira produziu um território fragmentado, onde centros ricos e abastecidos coexistem com periferias invisibilizadas e vulneráveis. Compreender a fome urbana exige, portanto, ir além dos números e reconhecer que ela é expressão de um projeto de cidade e de sociedade que

concentra direitos em poucas mãos e nega a muitos o mínimo necessário para viver com dignidade (Santos, 2023).

Ao reconhecer que a erradicação da fome em suas raízes depende de transformações estruturais profundas nas relações de produção e sociais, os movimentos socioterritoriais⁴ emergem como agentes importantes nesse processo. Milton Santos enfatiza a relevância de uma política que emerge "de baixo", profundamente conectada ao cotidiano e à territorialidade, como força transformadora da sociedade. Segundo ele, os movimentos sociais que se estruturam nessa cultura territorializada não apenas resistem à imposição da cultura de massa, mas também promovem uma economia e uma política fundamentadas na coletividade e solidariedade. Essa territorialidade ativa é essencial para construir uma consciência crítica, permitindo uma intervenção significativa na história e no espaço geográfico (Santos, 2006, 2022).

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas - tornadas assim formas-conteúdo - podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço (Santos, 2006, p. 69).

Josué de Castro (1967) também enxerga os movimentos sociais como agentes de transformação. Em oposição a soluções tecnicistas que apenas mascaram a fome, ele defende a necessidade de mudanças estruturais impulsionadas pelos próprios trabalhadores organizados, como protagonistas de suas lutas. Nesse contexto, aqueles que vivem na miséria e enfrentam a fome deixam de ser vistos como vítimas a serem resgatadas e passam a ser reconhecidos como agentes políticos ativos. Ao se organizarem e tomarem consciência dos mecanismos de expropriação e exploração, esses trabalhadores podem traçar caminhos rumo à sua emancipação (Castro, 1967; Ribeiro Júnior, 2020).

Nesse horizonte de luta e transformação, a solidariedade emerge como categoria central. Para Milton Santos (2006; 2022), a solidariedade não é mero sentimento ou caridade, mas um fundamento político, ético e territorial. Ela se manifesta no cotidiano das populações que compartilham as dores da exclusão e constroem, juntas, outros modos de vida. Trata-se de uma solidariedade ativa, que fortalece as bases populares e viabiliza a constituição de uma nova consciência coletiva, em que o outro deixa de ser um instrumento e torna-se um fim em si mesmo. Assim, a solidariedade torna-se um princípio organizador de uma nova razão política, ancorada no compartilhamento.

⁴ Ao incorporar o território como elemento central de suas reivindicações, o movimento social passa a ser reconhecido como socioterritorial (Fernandes, 2012; Halvorsen; Fernandes; Torres, 2021).

Ricardo Antunes (2009, 2015) também destaca a importância da solidariedade de classe como forma de resistência ao desmonte dos direitos sociais. Em contextos de precarização e fragmentação das relações de trabalho, a solidariedade entre os sujeitos explorados torna-se essencial para a reinvenção das lutas. Ela não apenas agrega forças, mas também reconstrói vínculos rompidos pelo neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016), contribuindo para a criação de um projeto político popular coletivo.

Do ponto de vista estratégico, se forem capazes de unir os laços de solidariedade e o sentido de pertencimento de classe, conjugando suas ações, as entidades representativas dos trabalhadores poderão, mais do que qualquer outra força social, ser efetivamente capazes de demolir o sistema de metabolismo societal do capital e sua lógica destrutiva e, desse modo, capazes de começar a desenhar um novo modo de vida (Antunes; Praun, 2015).

Nesse sentido, a solidariedade se consolida não apenas como prática cotidiana de resistência, mas como uma aposta estratégica na reconstrução do comum.

Procedimentos metodológicos⁵

A presente pesquisa foi realizada a partir da associação de diferentes métodos qualitativos, a) pesquisa documental; b) entrevistas semiestruturadas com participantes da base do Movimento; c) observação participante nas ocupações e d) diário de campo.

Pensando na importância do histórico de discursos e práticas do Movimento para compreensão de seus princípios e jornada de luta pelo combate à fome, a pesquisa documental foi realizada com base na busca, leitura e análise de documentos que não receberam tratamento científico. Estes, foram encontrados em sites de veiculação de notícias, no website e página principal do Instagram do próprio Movimento e em alguns livros e materiais informativos sobre o MTST como, a Cartilha de Princípios (MTST, 2013), os livros *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto* (Boulos, 2018) e *MTST: 20 anos de História: Luta, Organização e Esperança nas Periferias do Brasil* (Simões; Campos; Rafael, 2017).

As buscas realizadas nos sites de notícias e do Movimento foram feitas com base nos termos de busca *fome AND MTST*. No Instagram, foram acompanhadas diariamente, ao longo de dois meses, as publicações realizadas pela página principal do MTST, sendo que aquelas que continham na imagem ou legenda o termo fome e/ou segurança alimentar foram coletadas para posterior análise.

Os dados da pesquisa documental foram reunidos em uma planilha do Excel a fim de organizar os documentos em título (da notícia ou material), fonte, data de publicação e

⁵ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (CEP/UFSCar), conforme parecer consubstanciado registrado sob o número 72975023.3.0000.5504.

informações-chave. Ao todo, foram organizadas e analisadas 60 publicações no Instagram, 50 notícias encontradas através do Google Pesquisa, 30 materiais encontrados no site do MTST, além da bibliografia mencionada no parágrafo anterior.

As entrevistas semiestruturadas aconteceram com quatro participantes da base do Movimento envolvidos com a Cozinha Solidária da Sé, espaço localizado na cidade de São Paulo (SP). Para tanto, utilizou-se um roteiro pré-definido, composto por perguntas não conclusivas, a fim de coletar informações empíricas sobre duas categorias analíticas pré estabelecidas: a) dimensão discursiva, abrangendo identidade política, organização e discursos relacionados ao combate à fome; e b) dimensão operacional, que se refere às ações concretas utilizadas para a superação da fome.

As observações participantes foram realizadas com auxílio do diário de campo ao longo de sete meses em territórios do MTST localizados na região metropolitana de São Paulo, sendo eles: Ocupação Luiza Mahin, Ocupação Lélia Gonzalez, Ocupação Vila Nova Palestina, Ocupação Nova Canudos, e a Cozinha Solidária da Sé. Através da participação ativa em espaços organizados pelo MTST, pudemos realizar uma imersão nas diferentes realidades empíricas dos territórios, além de observar experiências diárias ao desenvolver atividades junto aos participantes do movimento.

A análise documental foi realizada devido à sua relevância enquanto uma ferramenta que possibilita o estudo minucioso de materiais escritos e sua relação com o contexto em que foram produzidos. No caso desta pesquisa, adotamos uma perspectiva interpretativa, com o objetivo de identificar sentidos e significados subjacentes aos discursos e às ações de combate à fome do MTST. Essa abordagem possibilitou uma visão aprofundada sobre como o movimento trata a questão da fome em seus discursos e práticas, evidenciando a frequência com que o tema é abordado, os padrões recorrentes em suas narrativas e ações, eventuais contradições em suas estratégias e as inovações que o movimento apresenta em sua atuação socioterritorial.

Adicionalmente, realizamos as transcrições das entrevistas semiestruturadas, registros do diário de campo e reflexões das observações participantes. A partir desse material, aplicamos análises de discurso, com o objetivo de compreender como os sentidos são construídos e mobilizados nos contextos e situações sociais investigadas (Oliveira; Oliveira; Mesquita, 2013). Essa abordagem complementa a análise documental, permitindo explorar as narrativas e práticas em profundidade, com foco nas interações e significados expressos nas vivências do movimento.

Resultados e discussões

MTST: a luta é pra valer!

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), fundado em 1997, é um movimento socioterritorial urbano que, para além da luta por moradia, reivindica os direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras das cidades brasileiras. Atualmente, o MTST está presente em 15 estados brasileiros, concentrando sua atuação nas regiões metropolitanas, com maior presença em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre. Nessas localidades, cerca de 55 mil famílias são organizadas em torno de uma agenda que articula moradia, trabalho e alimentação (Boulos, 2018; MTST, 2013, 2024).

Em sua cartilha de princípios, lançada em 2005, o Movimento resgata sua trajetória e reafirma os valores que orientam sua atuação política. Trata-se de uma organização que mobiliza a classe trabalhadora urbana a partir das periferias das grandes cidades. A presença das ocupações nesses territórios é estratégica para que o Movimento se aproxime das camadas populares, articulando-se e estabelecendo conexões não apenas com os trabalhadores organizados no MTST, mas também com aqueles que não participam ativamente da militância do Movimento (Boulos, 2018; Simões; Campos; Rafael, 2017).

O MTST comprehende que sua razão de existir está diretamente ligada à estrutura social excluente do país, que continuamente produz pessoas sem acesso à moradia digna. O Brasil ocupa uma posição alarmante no cenário internacional quando se trata de déficit habitacional — problema que abrange tanto a falta de moradias quanto a inadequação das já existentes. Segundo dados do Censo 2022 sistematizados pela Fundação João Pinheiro (2024), o déficit habitacional brasileiro soma 6.215.313 domicílios (8,3% do total de domicílios particulares), e cerca de 23 milhões de unidades habitacionais apresentam algum tipo de inadequação, seja em infraestrutura, edificação ou regularização fundiária.

Diante desse contexto, o MTST propõe uma profunda reforma urbana de caráter popular, enfrentando os interesses do capital e do Estado que os representa. Sua luta, ancorada na defesa de uma vida digna para a classe trabalhadora, ultrapassa a reivindicação por moradia, abrangendo também o direito ao alimento e ao trabalho. A compreensão de que a transformação das cidades exige a garantia de múltiplos direitos fundamentais é sintetizada no lema “Por teto, trabalho e pão”, que expressa as dimensões centrais da pauta política do Movimento.

Essa articulação entre diferentes frentes de luta não é apenas discursiva, mas profundamente enraizada na realidade dos territórios onde o MTST atua. Como relatado por uma militante entrevistada com oito anos de envolvimento no Movimento, o combate à fome é uma pauta constante, já que grande parte da base está inserida em regiões marcadas pela privação alimentar e pela ausência de políticas públicas efetivas. Assim, seus discursos

estão centrados na luta da classe trabalhadora por uma vida digna, em que o acesso ao alimento torna-se parte fundamental da luta por moradia e por transformações radicais nas cidades e sociedade brasileiras (Silva, 2017; Pertuz; Fernandes, 2021; Cunha, 2024).

Desde a pandemia de Covid-19, as discussões relacionadas à segurança e soberania alimentar passaram a ser cada vez mais centrais dentro do Movimento (De Sordi, 2023). O tema ganha visibilidade em postagens nas redes sociais e publicações no site oficial do MTST, que destacam iniciativas como hortas urbanas, cozinhas solidárias e alianças com movimentos camponeses, reforçando a luta por uma alimentação que seja digna, autônoma e socialmente transformadora. A *Carta das(os) Trabalhadoras(es) Sem-Teto para a Sociedade Brasileira*, por exemplo, publicada em 2023 em comemoração aos 25 anos do Movimento, reafirma seu compromisso com a transformação social e o combate à fome:

Os desafios colocados para o futuro exigem que a luta pela moradia esteja articulada, cada vez mais, com o combate à fome e a reivindicação por mais direitos para as pessoas que vivem do próprio trabalho. Por isso, nos próximos vinte e cinco anos, lutaremos por mais teto, trabalho e pão (MTST, s.p., 2023).

As perspectivas e estratégias do MTST superam a visão restrita do combate à fome como um simples aumento na produção e distribuição de alimentos dentro da lógica neoliberal capitalista. Apesar de centralizar suas discussões em torno da segurança alimentar e nutricional, considerando as limitações e realidade de um movimento socioterritorial inserido na realidade urbana, o MTST comumente propõe alternativas que integram práticas solidárias, de produção orgânica e de reterritorialização dos espaços urbanos.

Mesmo com as limitações impostas pela realidade das periferias urbanas, o movimento propõe uma reflexão profunda sobre o papel da cidade nesse processo. A produção de alimentos que abastece a população, em grande parte, é realizada no campo, mas a cidade, com seu enorme contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade social, carrega a responsabilidade de não apenas consumir, mas também de fomentar práticas e alternativas que garantam o acesso à alimentação digna. Nesse contexto, surge uma questão central: qual o papel da cidade na garantia da segurança alimentar, tendo em vista as desigualdades estruturais e as condições específicas do ambiente urbano? O MTST, ao implementar hortas urbanas e cozinhas solidárias, busca envolver os espaços urbanos na construção de soluções locais e autônomas para a segurança alimentar, reconhecendo que, embora a produção aconteça no campo, a cidade precisa ser parte ativa da construção de alternativas e políticas públicas que integrem e promovam a soberania alimentar.

CULTIVANDO SOLIDARIEDADE: MTST NA LUTA PELO COMBATE À FOME

Embora as categorias analíticas da pesquisa estejam divididas em dimensão discursiva e dimensão estratégica, a execução do trabalho evidenciou a íntima relação entre os discursos e as ações do movimento socioterritorial estudado. Essas dimensões não se apresentam de forma dissociada, mas estão entrelaçadas de maneira dialética. Como aponta Marx (2006), a dialética não apenas aborda o desenvolvimento universal, mas também a relação contínua e recíproca entre teoria (ideias, discursos) e prática (ações concretas) (Fernandes, 2016).

A teoria fundamenta as práticas ao oferecer uma visão crítica e estratégias de ação, enquanto as práticas concretas testam, validam e ajustam as teorias à realidade das lutas sociais. Assim, o MTST combina a denúncia de injustiças com ações estratégicas que visam transformar a realidade. No contexto da superação da fome, discursos e ações caminham lado a lado, sendo tratados de forma interdependente nesta pesquisa.

Verde no cinza: cultivando alimento e esperança em territórios urbanos

Os terrenos ocupados pelos militantes do movimento social são áreas abandonadas e negligenciadas por especuladores imobiliários ou pelo poder público. Estes espaços são frequentemente o resultado do mal uso do solo ou de políticas que favorecem a especulação imobiliária, priorizando o lucro sobre o bem-estar social. O abandono desses terrenos não apenas contribui para a degradação urbana, mas também evidencia a falta de compromisso com as necessidades do coletivo.

O mal uso do solo reflete o não cumprimento da função social da terra, um conceito central nas discussões sobre justiça agrária e urbana. A função social da terra está ligada à sua capacidade de atender às necessidades básicas das comunidades, promovendo condições de vida dignas e contribuindo para o bem-estar coletivo (Martins, 2013; Melo, 2019; Marés, 2010; Sauer, 2010). David Harvey, em sua obra *O Enigma do Capital*, aprofunda essa ideia ao argumentar que a terra deve ser compreendida não apenas como um recurso, mas como um bem social com responsabilidades e deveres associados. Para ele, a função social da terra é inseparável do direito à cidade, que envolve a reinvenção dos espaços urbanos de forma coletiva, atendendo aos desejos e às necessidades da sociedade.

Nesse sentido, as hortas urbanas frequentemente surgem nos territórios ocupados carregadas de significados simbólicos e concretos. O cultivo de alimentos em um local que, de outra forma, seria negligenciado ou subutilizado, não apenas transforma fisicamente esses espaços, mas também lhes confere uma função social profunda. Ao ocupar esses locais, o MTST transforma áreas esquecidas em pontos de vida e resistência, e desempenham um papel crucial na reconstrução do tecido social e comunitário, onde a

comunidade pode não apenas sonhar, mas conquistar moradia, trabalho e alimentação digna.

A ideia das hortas comunitárias nasceu da necessidade latente de combater a fome e discutir segurança alimentar com o povo da periferia que, de modo geral, é levado pela falta de dinheiro e de informação a consumir enlatados e ultraprocessados em demasia. Mas não apenas isso, nas hortas também há espaço para debater os males causados pelo agronegócio — grande pilar de apoio do novo governo federal —, desde o prato envenenado até a floresta incendiada ou desmatada (MTST, 2019, s.p.).

Para além de uma estratégia de garantia de segurança alimentar, as hortas urbanas promovidas pelo MTST também surgem como um convite à reflexão sobre o papel da cidade no processo de combate à fome. Como Harvey (2014) argumenta, o direito à cidade transcende o acesso individual ou grupal aos recursos urbanos, sendo antes um direito de reinventar a cidade conforme os desejos coletivos mais profundos. Essa reinvenção, no entanto, depende de um exercício de poder coletivo sobre o processo de urbanização. Assim, ao ressignificar espaços urbanos negligenciados através de ações de coletividade e solidariedade, as hortas urbanas questionam as lógicas dominantes da organização urbana e reafirmam a centralidade do alimento na construção de novas cidades. Esse movimento, moldado pela reterritorialização e pela justiça social, requalifica espaços urbanos negligenciados, e afirma um princípio fundamental: o território urbano deve servir à coletividade e à garantia de dignidade de todos os cidadãos.

O direito à cidade deve ser entendido não como um direito que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta: que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental. Para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida (Harvey, 2014, p. 247).

Adicionalmente, as hortas urbanas vêm se consolidando como espaços abertos para discussões e práticas agroecológicas (Amorim; Borsatto; Milano, 2024). Esse movimento é evidente nas ocupações do MTST, onde o cultivo sem o uso de venenos ou insumos químicos reflete a incorporação do debate agroecológico nos territórios. Por meio de cartilhas, debates e publicações em redes sociais, por exemplo, o movimento fomenta reflexões fundamentais sobre agroecologia, além de orientar a criação de hortas comunitárias nos espaços urbanos ocupados.

Embora o debate agroecológico seja relativamente novo dentro do movimento, ele demonstra grande potencial na transformação dos territórios urbanos ocupados e nas relações estabelecidas com o alimento e o ato de se alimentar. Além disso, emerge como um horizonte viável para potencializar as discussões e práticas de combate à fome promovidas pelo MTST, permitindo que o movimento se aprofunde nas raízes estruturais do

CULTIVANDO SOLIDARIEDADE: MTST NA LUTA PELO COMBATE À FOME

problema da fome e proponha alternativas mais sustentáveis e integradas às realidades urbanas.

Nossas ocupações são terrenos antes abandonados, que viraram espaços de luta. Os barracos que representam as moradias trazem vida e cuidados ao ambiente. O solo, antes dominado pelo mato, passa a ser ocupado por hortas orgânicas que alimentam a companheirada das ocupações e também ajudam a abastecer as Cozinhas Solidárias. Plantar o próprio alimento traz saber popular para os territórios, garante alimentos de qualidade nas mesas e o corpo forte para lutar por mais direitos e uma vida mais digna (MTST, 2024, s.p.).

As hortas transcendem sua função prática ao alimentar não apenas os corpos, mas também os corações das pessoas que delas participam, carregando um profundo valor simbólico de cuidado. As entrevistas evidenciaram que nas ocupações do MTST, a horta é vista como uma extensão do coração das pessoas, um lugar onde o alimento, a solidariedade e os sonhos se entrelaçam em um gesto de transformação e luta pelo combate à fome.

Por meio dessas iniciativas, o MTST fortalece a luta por uma sociedade onde o direito à moradia, ao trabalho e ao alimento é assegurado para todos, e onde a lógica da exclusão é substituída por uma prática concreta de solidariedade e justiça social.

Alimento e afeto: as cozinhas que cultivam solidariedade

As cozinhas solidárias surgem no contexto do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto como uma resposta urgente à crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19. Em um momento em que milhões de brasileiros enfrentavam a fome e a falta de assistência governamental, essas cozinhas emergiram como ações emergenciais de suporte alimentar. No entanto, seu papel foi além da mera distribuição de alimentos, elas se tornaram símbolos de resistência e autogestão popular, reforçando a solidariedade e promovendo formas alternativas de organização coletiva em torno do combate à fome.

Nesse sentido, as cozinhas exemplificam uma forma de autogestão que foge da lógica assistencialista tradicional e da filantropia, que muitas vezes perpetua relações hierárquicas e de dependência (De Sordi, 2023). Ao contrário, essas cozinhas operam com base em lógicas horizontais, onde a solidariedade e a participação ativa da comunidade são os alicerces para enfrentar a fome e, ao mesmo tempo, transformar as estruturas sociais.

São três anos de luta, solidariedade, resistência, afeto e comida no prato. São dois anos enfrentando sonhos aos lado dos nossos, ao lado de todas as mulheres que estão nos processos de luta, seja nas ocupações, nas construções dos espaços e na feitura das comidas que são distribuídas na nossa Cozinha Solidária, onde desde o começo, tudo é feito com muita organização, trabalho de base e companheirismo, e assim seguimos até

hoje, com muita fé na luta e acreditando em toda nossa construção (MTST, s.p., 2024).

Através da prática cotidiana de preparar e distribuir alimentos, as cozinhas solidárias, assim como as hortas, cultivam mais do que sustento físico: elas nutrem relações de afeto, cuidado e cooperação entre aqueles que participam dessas iniciativas. Baseadas em relações de solidariedade, elas promovem modos de vida mais humanos, onde as relações de cuidado e apoio mútuo prevalecem sobre a competição e a exploração. São espaços de criação coletiva e de luta por dignidade, onde a comida, além de nutrir, se transforma em um instrumento de conscientização política.

Como Milton Santos (2022) já apontava, a solidariedade e o fortalecimento das bases populares são essenciais para a construção de uma nova consciência política, capaz de desafiar as estruturas hegemônicas de poder. As cozinhas solidárias, nesse sentido, não são apenas espaços de alimentação, mas também de transformação. Elas operam na intersecção entre o cuidado imediato com a vida e o compromisso com uma mudança estrutural, visando uma sociedade mais justa e solidária. Ao contrário da razão neoliberal que produz uma sociabilidade baseada na competitividade e individualismo (Dardot; Laval, 2016), o Movimento pensa e age a partir de um projeto coletivo em que o *outro* é enxergado e cuidado como parte do *nós*.

Até julho de 2024, o MTST já havia implantado 52 cozinhas solidárias em 14 estados brasileiros, consolidando essas iniciativas como uma tecnologia social de combate à fome. Ao contrário de políticas de combate à fome que são frequentemente impostas de cima para baixo, as cozinhas solidárias representam uma ação coletiva que transforma a realidade local. Essas iniciativas não só garantem o acesso ao alimento, mas também promovem a conscientização política e a luta por mudanças estruturais. Através dessas práticas, o MTST reafirma seu compromisso com a construção de uma sociedade onde a alimentação digna seja um direito e não um privilégio, e onde o afeto e a solidariedade guiem as relações sociais e econômicas.

As contas não esperam, os filhos não esperam, tem pressa pra comer. Então, assim, [as cozinhas solidárias na pandemia] foram bem importantes, né? Porque por mais que fosse uma única alimentação, mas aquela única alimentação que tivesse, ia fazer muita diferença, já garantia o almoço de alguém, né? Muitas pessoas não tinham nem isso. E hoje em dia, aqui na Sé, a gente vê que não é diferente. A importância que a cozinha tá tendo aqui, porque a gente alimenta muita gente. Mesmo sem a ajuda da prefeitura, sem a ajuda do governo, a gente consegue estar levando para eles uma alimentação digna. Tudo fresquinho, tudo prontinho. Aquela alimentação que a gente leva, a gente acaba levando não só o alimento, mas também um pouco de amor, um pouco de aconchego pra eles, o que é o mais gratificante também (Entrevistada A).

A Cozinha Solidária da Sé, uma iniciativa do MTST, é um exemplo das ações do movimento que buscam expandir os horizontes do combate à fome, indo além da simples

CULTIVANDO SOLIDARIEDADE: MTST NA LUTA PELO COMBATE À FOME

alimentação física. O avental usado pelos voluntários, com a frase *Gente é para brilhar, não para morrer de fome*, ressalta o compromisso e a esperança que movem as ações na cozinha, realizadas por pessoas profundamente engajadas na causa. As entrevistas conduzidas no local revelam que o objetivo vai além da distribuição de alimentos; trata-se de criar um espaço acolhedor onde as pessoas em situação de vulnerabilidade se sintam valorizadas, como evidenciado pela formação semanal de jovens adultos na cozinha.

... principalmente ter esse contato de conversar, de escutar, de colocar a pessoa além do prato de comida. Desenvolver o pensamento da pessoa para outros sentidos. De mostrar que ela é capaz, de mostrar que ela não é culpada por estar numa situação dessa. Aqui na Sé a gente faz esse contato há dois anos, porque essa cozinha, ela tá aqui. E aí a gente tem muita preocupação com eles, porque eles se culpam muito. A culpa não é da própria pessoa. A culpa tem um nome (Entrevistada B).

Além do cuidado no preparo das refeições, é possível observar o resgate da solidariedade entre os trabalhadores. A Cozinha Solidária da Sé demonstra que para além das refeições saborosas e nutritivas, ali é local onde se constrói algo muito mais profundo: um espaço onde o amor se expressa em gestos simples e transformadores, fortalecendo os laços comunitários e promovendo mudanças reais na vida das pessoas e da sociedade.

Aqui tem trabalho, luta e muito amor! Temos o propósito de acabar com a fome do Brasil e nos dedicamos de corpo e alma para isso. O trabalho aqui é dia e noite, mas a nossa esperança também. Um prato por vez, vamos garantir a segurança alimentar. Ainda tem muito chão pra seguir, mas também temos muita força pra continuar (MTST, 2024)

Esses relatos revelam que, mais do que atender a uma necessidade básica, as cozinhas solidárias têm o cuidado e a solidariedade como práticas políticas. Nesses espaços, cada gesto – do preparo dos alimentos à escuta atenta – faz parte de um projeto coletivo de transformação.

Considerações finais

À primeira vista, pode parecer difícil relacionar um movimento socioterritorial urbano, voltado à luta por moradia, com a questão da segurança alimentar e nutricional. No entanto, ao considerar as transformações estruturais profundas que estão no cerne das reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), torna-se evidente que a fome não pode ser ignorada. O combate à fome deve ser entendido como uma luta por mudanças estruturais no regime alimentar hegemônico e no sistema econômico que o sustenta e reproduz. Essa luta, em sua essência, é uma luta de classes — uma batalha da classe trabalhadora, formada, em parte, pelos mesmos sujeitos que compõem o MTST.

Embora as pautas centrais do movimento estejam ancoradas nas reivindicações por moradia digna e reforma urbana radical, a realidade atual evidencia que a luta pelo

acesso ao alimento também é fundamental no interior dessas lutas. Essa questão integra a luta pela dignidade dos trabalhadores do campo e da cidade, reafirmando que moradia e alimentação não podem ser dissociadas na busca por justiça social e condições de vida mais humanas.

Por meio das ações de combate à fome promovidas pelo MTST, é possível identificar uma práxis revolucionária, na qual o pensamento radical se combina às práticas cotidianas de transformações estruturais. É no dia a dia, por meio dessas intervenções concretas, que se estabelece um processo revolucionário contínuo. Nesse sentido, a revolução não é um fim, mas um percurso constante, em que teoria e prática se entrelaçam, impulsionando mudanças sociais profundas e desafiando as estruturas opressoras do sistema capitalista.

As hortas urbanas e cozinhas solidárias desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST - são mais do que atos de solidariedade e de luta por moradia. Eles se configuram como ferramentas concretas para acabar com a fome que atinge os trabalhadores periféricos. São, sobretudo, disputas ideológicas e territoriais que, em uma luta contra a estrutura de poder hegemônica oressora e burguesa, lutam também pela superação da fome e por dignidade aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Essas práticas revolucionárias se desenrolam cotidianamente nas periferias e centros urbanos onde o Movimento está territorializado, na forma de ações de cuidado que conscientizam as mentes, saciam as barrigas e acolhem os corações dos que foram esquecidos pela sociedade e pelo poder público. Ao promoverem a solidariedade e o cuidado mútuo, essas ações não apenas significam os trabalhadores urbanos, mas garantem a segurança alimentar e nutricional de uma parcela da população negligenciada pelo Estado.

A partir dessas práticas, o Movimento oferece uma resposta emergencial à fome que assola aqueles que sofrem no presente, ao mesmo tempo em que luta por transformações estruturais que visam erradicar a fome de forma definitiva. O horizonte das mudanças revolucionárias se concretiza por meio de ações práticas e transformadoras, que tornam possível uma nova realidade. Através das hortas urbanas e cozinhas solidárias, o MTST exemplifica a importância de se lutar por *Teto, Trabalho e Pão* como pilares fundamentais de uma sociedade sem fome.

Referências

AMORIM, Patricia; BORSATTO, Ricardo Serra; MILANO, Giovanna Bonilha. Agricultura urbana como instrumento de luta do MTST: um estudo preliminar.. In: 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais - Terra, Fome e Poder: Desafios para o Rural Contemporâneo. **Anais do 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais**. 2024.

CULTIVANDO SOLIDARIEDADE: MTST NA LUTA PELO COMBATE À FOME

ANTIPON, Livia Cangiano; CATAIA, Marcio Antonio. Urbanização e fome: da gênese à popularização da situação alimentar urbana em Campinas (São Paulo, Brasil). **Sociedade & Natureza**, v. 31, p. e42700, 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, p. 407-427, 2015.

BOULOS, Guilherme. **Por que Ocupamos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

CASTEL, Robert. **Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de Terra e um Caixão**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1957.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1967.

CUNHA, Helena Sabino Rodrigues. Corpos-territórios e territórios periféricos: a emergência do inédito viável a partir da territorialização do MTST. **Revista NERA**, v. 27, n. 4, p. e10202, 2024. <https://doi.org/10.47946/rnera.v27i4.10202>.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE PAULO GEWEHR, Luíza Luchi et al. Geopolitics of hunger: Geopolitics, human security and fragile states. **Geoforum**, v. 137, p. 88-93, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2022.10.015>.

DE SORDI, Denise. Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): Solidariedade e reconstrução da esfera pública (2021-2022). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 15, p. 1-21, 2023. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2023.e92392>.

DE SORDI, Denise. **Relatório: na cozinha, não há só comida: segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar nas experiências de Cozinhas Solidárias na Argentina, Colômbia, Uruguai e Brasil: síntese e apontamentos para a regulamentação do Programa Nacional Cozinha Solidárias (PNCS) brasileiro, Lei 14.628, de 20 de junho de 2023**. Rio de Janeiro; Brasília: Fiocruz/VPAAPS; Fiocruz/GEREB, 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, n. 6, p. 24-34, 2012. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>.

FERNANDES, Sabrina. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão, e revolução. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 135, p. 481-496, 2016. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016140795>.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/> Acesso em 28 jul. 2024.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Zahar, 1981.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isoppo. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, e259390, 2022. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.259390>.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio: as formas do latifúndio no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Fernanda Valeria. Movimientos socioterritoriales: casos de América Latina y Europa. **Geograficando**, v.17, n.2, e097, 2021. <https://doi.org/10.24215/2346898Xe097>.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **A foodie's guide to capitalism: understanding the political economy of what we eat**. New York: New York University Press, 2017.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JORGE, Aline Albuquerque. Território, paradigmas e as políticas públicas para o campo no governo Bolsonaro. **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p.128-153, 2022. <https://doi.org/10.47946/rnera.v25i64.8666>.

MALUF, Renato. Fome e desigualdades no Brasil: de Josué às disputas contemporâneas. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, p. 119-121, 2022.

MARÉS, Carlos Frederico. Função social da propriedade. In: SONDA, Claudia; TRAUCZYNSKI, Silvia Cristina (org.). **Reforma agrária e meio ambiente**: teoria e prática no Estado do Paraná. Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, v. 1,, 2010. p. 181-198.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 12. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). Hortas Comunitárias do MTST |Comida Sem Veneno na Periferia. 23 ago. 2019. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/hortas-comunitarias-do-mtst-comida-sem-veneno-na-periferia/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). Carta dos trabalhadores sem teto para a sociedade brasileira. 2023. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/carta-dos-trabalhadores-sem-teto-para-a-sociedade-brasileira/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). Cartilha MTST: organização e luta popular. São Paulo: MTST, 2013. Disponível em: https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst_cartilha. Acesso em: 18 jun. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). Retrospectiva 2024 – MTST Brasil. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, publicado em 4 dez. 2024. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/retrospectiva-2024-mtst-brasil/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). *Instagram*. 23 out. de 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DBeGPYfuj_g/?igsh=NWlvejB6M2JiYmw4. Acesso em 10 nov. 2024.

CULTIVANDO SOLIDARIEDADE: MTST NA LUTA PELO COMBATE À FOME

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). *Instagram.* 06 nov. de 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DCC35VvmJ8/?igsh=dWxuZWFrZWU1OHBs>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). *Instagram.* 24 maio de 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C7WjEixgwQf/?igsh=MWt6bmFmMDVwbmIxdA==>. Acesso em: 07 jul. 2024.

MUELLER, Charles C.; MARTINE, George. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil-A década de 1980. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 17, n. 3, p. 407-427, 1997.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes de. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação & realidade**, v. 38, p. 1327-1349, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **The state of food security and nutrition in the world 2021**. Roma: FAO, 2021.

PERTUZ, Marcia Arteaga; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais da América Latina: uma Apresentação do Dossiê do I Encontro Latino-Americano de Movimentos Socioespaciais e Movimentos Socioterritoriais (I ELAMSS) **Revista NERA**, n. 57, p. 09-23, 2021. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i57.8638>.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Editora Elefante, 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Teresa S. C. P. Alves. São Paulo: Hucitec, 1993.

RECINE, Elisabetta et al. Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of Covid-19 in Brazil. **Revista de Nutrição**, v. 33, p. e200176, 2020. <https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200176>.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. Uma resposta política para a fome: Josué de Castro e as ligas camponesas. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 106-119, 2020. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a34734>.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado; BANDONI, Daniel Henrique; CARLI, Luisa de. **Atlas das situações alimentares no Brasil contemporâneo**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Record, 2022.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2023.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2023.

SAUER, Sérgio. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 1, p. 98-126, 2010.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. **MTST 20 anos de história: Luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. São Paulo: Autonomia literária, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST. **Revista NERA**, v. 20, n. 36, p. 178-195, 2017. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i36.5232>.

SILVA, Márcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História**, v. 35, n. 70, p. 87–107, 2015. <https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70014>.

SINGER, Hans W. **Dualism revisited: a new approach to the problems of the dual society in developing countries**. In: COHEN, Gerald; TOYE, John (org.). **Development studies revisited**. London: Routledge, 2016. p. 67–84.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. Recent approaches or urban poverty. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, sep. 2018. ISSN 1984-2201. <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17020>.

Sobre os autores

Maria Emilia Gomes de Sá – Bacharelado em Ciências Biológicas da Conservação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR/UFSCar). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-7089-2460>.

Ricardo Serra Borsatto – Graduação em Engenharia Agronômica pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Especialização em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Camponesa (PRONERA/Universidade Federal do Paraná). Mestrado pela linha de Desenvolvimento Rural Sustentável do programa de Pós-Graduação e Agronomia (Produção Vegetal) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutorado pela linha de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-7594-479X>.

Como citar este artigo

SÁ, Maria Emilia Gomes de; BORSATTO, Ricardo Serra. Cultivando solidariedade: MTST na luta pelo combate à fome. **Revista NERA**, v. 28, n. 3, e10814, jul.-set., 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-675520252810814>.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. A autora **Maria Emilia Gomes de Sá** foi a responsável pelas funções conceitualização, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, gerenciamento de projetos, recursos, programas e redação

CULTIVANDO SOLIDARIEDADE: MTST NA LUTA PELO COMBATE À FOME

(rascunho original). O segundo autor, **Ricardo Serra Borsatto**, foi o responsável pelas funções de supervisão, validação, visualização e redação (revisão e edição).

Recebido para publicação em 21 de janeiro de 2025.

Devolvido para revisão em 18 de abril de 2025.

Aceito a publicação em 09 de julho de 2025.

O processo de editoração deste artigo foi realizado por Lorena Izá Pereira.
